

# **A FUNÇÃO EDUCATIVA DAS INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS PÚBLICAS**

**LUCINA FERREIRA MATOS**

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – Instituto de Arte e Comunicação Social –  
Rua Lara Vilela, S/N – São Domingos – Niterói.

E-mail: lucmatos2003@yahoo.com.br

## **RESUMO**

Este estudo trata principalmente da conceituação da função educativa dos arquivos públicos e do uso dos documentos sob sua guarda, como elementos no desenvolvimento de práticas pedagógicas com estudantes do ensino médio. Para tanto, permeia o entendimento da função social dos arquivos e da contribuição dos mesmos no processo de construção do conhecimento e formação da cidadania. Ainda são muitos os obstáculos para o desenvolvimento de um projeto educativo entre as instituições de ensino e as arquivísticas. Falta interesse por parte dos arquivos em desenvolver atividades específicas para estudantes e desconhecimento dos professores de como contextualizar as práticas pedagógicas com o uso dos documentos de arquivos. Destaca-se as experiências prestadas pelo serviço educativo dos arquivos franceses e espanhóis, além de procedimentos necessários para evolução na relação arquivo e escola.

**PALAVRAS-CHAVES:** Arquivo, Educação, Práticas pedagógicas, Função educativa, Função social, Pesquisa.

## **INTRODUÇÃO**

Este trabalho é resultado de pesquisa realizada na conclusão do curso de graduação em Arquivologia que neste momento adquire forma de artigo.

O arquivo é fonte de pesquisa e estudo que há décadas vem sendo usado apenas por historiadores, pesquisadores e universitários em seus trabalhos acadêmicos.

Encontra-se, no ensino médio, jovens, a partir de 11 anos de idade, conhecedores da utilidade do celular, fax, mas não de arquivos. Acessam o mundo pela

internet, mas não sabem chegar a um arquivo, procurar e manusear um documento como fonte de pesquisa.

Visitam-se Museus, Zoológicos, Jardins Botânicos, Bibliotecas para completar o aprendizado, mas não há interesse por um arquivo.

Na sua grande maioria, a documentação arquivística não é utilizada como fonte educativa no ensino fundamental e no ensino médio.

Essas observações suscitaram um questionamento resultante na elaboração deste trabalho.

A pesquisa realizou-se com o intuito de identificar a verdadeira relação existente entre função educativa em determinados arquivos, relacionando-os com instituições escolares, ressaltando a importância do estreitamento entre ambas enquanto participantes na construção da democracia.

Em um primeiro momento relaciona-se arquivo como fonte na elaboração do conhecimento. fundamentado pela pesquisa o uso dos documentos como forma de desenvolver o aprendizado de forma emancipatória.

Logo após, adentra-se no objetivo da pesquisa – a função educativa o seus conceitos e contornos administrativos. Além de um relato histórico sobre o seu desenvolvimento. Para fundamentar e contextualizar com a realidade brasileira fez-se um apanhado a nível global, dos casos de sucesso em experiências com estudantes.

Isto servindo como amparo para que mais possa ser feito, tanto no Brasil quanto no mundo.

Quanto mais o arquivo se fizer visível, maiores serão os retornos de reconhecimento da sociedade.

## **ARQUIVO E A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO.**

“Conhecimento é o ato ou efeito de conhecer” (FERREIRA, 1986, p.454). Portanto, a construção do conhecimento é o ato de estruturar o que se conhece.

A melhor forma de elaboração do conhecimento é a pesquisa, que, para Demo (1941, p.14), está interligada ao ensino. Não adianta pesquisar para depois guardar ou deixar longe do alcance social. Não pode ser concebida a pesquisa como ato isolado,

especial. Ela deve ser percebida como atitude na elaboração de investigações diante do que ainda não é conhecido, trazendo informações fundamentais para o processo emancipatório na construção do saber.

O conhecimento adquirido nas instituições educativas é diferente daquele adquirido no cotidiano, nas relações sociais e familiares; no entanto este aprendizado comum em nenhum momento é menor do que o culto, pois seu cerne é também saber. A pessoa adulta, quando não passa pelo processo pedagógico institucional, adquire ao longo da sua vivência, níveis próprios de saber. Por isto, entende-se que conhecimento “é o processo diário, como a própria educação, que não começa nem acaba”. (DEMO, 1941, p.16)

Os documentos encontrados nos arquivos podem ser utilizados como novos gêneros de material escolar. Pois eles são fontes primárias de informação, em que pode ser elaborada uma análise histórica sem influências.

Demo (1941, p. 44) classifica o aprendizado de duas maneiras: pela imitação; pela pesquisa. Para o autor, é possível o educando aprender escutando aulas, tomando notas; mas o aprendizado realmente ocorre quando é aprimorada a elaboração própria.

O uso dos arquivos como fontes pedagógicas na evolução educacional contribui para a independência dos estudantes, levando-os a questionamentos, a desenvolver o senso crítico e a assumir a postura de investigadores, analisadores, construtores do seu conhecimento.

O desenvolvimento de programas pedagógicos possibilita que os alunos saiam da esfera comprobatória, ou seja, que vejam o documento de arquivo como fonte que comprova os fatos estudados em salas de aulas, e às vezes motivando novos questionamentos, levando-os a assumir o papel de autênticos investigadores históricos.

## **FUNÇÃO EDUCATIVA: Conceitos e Características.**

“A largo plazo solo se conserva aquello que se valora, y sólo se valora aquello que se conoce y que es reconocido como útil y, en este caso, como culturalmente útil.” (FONTANA, *apud*, PALOMARES VELA, 2001, p.57)

A Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no seu art. 1º, define Educação como sendo todo “processo formativo que se desenvolve na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.(BASTOS, 2000, p.17).

Dentro deste universo tão amplo da Educação se afirma a possibilidade de exploração dos documentos de arquivos no processo ensino/aprendizagem. Desta forma os arquivos podem cumprir com sua função social, apresentada neste estudo por meio da função educativa.

Em toda bibliografia analisada não foi possível estabelecer um consenso na definição conceitual de função educativa, conquanto este termo explica-se por si só, visto que uma das definições de função é a “prática ou exercício de cargo, serviço, ofício” (FERREIRA, 1986, p. 819) e a definição de educativa está diretamente ligada ao processo de ensino/aprendizagem. Portanto, entende-se por função educativa toda atividade que tenha como foco o ensino, o aprendizado.

Quando se introduz um pesquisador no uso dos documentos, está fazendo-se educação; porém não é a este conceito de educação que esta pesquisa está atrelada, mas sim às atividades e técnicas pedagógicas relacionadas no atendimento aos estudantes de ensino fundamental e médio.

A função educativa dos arquivos vem sendo desenvolvida nas instituições arquivísticas de alguns países há um determinado período de tempo. Sendo implantada pelos chamados serviços educativos, que são atividades que tem como função divulgar o acervo e iniciar o público estudantil na utilização dos documentos.

A implantação desses serviços junto aos arquivos procedeu-se e fundamentou-se na evolução dos métodos pedagógicos de ensino, que passaram a adotar a observação e a experimentação no processo educativo. Além disso, segundo Vela (2001, p.57), o ensino da História local tomou outros contornos, assumindo novas características e reforçando o uso dos documentos para aprimoramento e comprovação dos fatos muitas vezes estudados em sala de aula.

Este campo da Arquivologia é bastante escasso no âmbito brasileiro. Existem pouquíssimos estudos a respeito. Temos poucas experiências, além da terminologia

ainda ser confusa. É comum encontrar, nas referências bibliográficas nacionais e estrangeiras, o uso de diferentes termos definindo um mesmo conceito. Alguns autores denominam função educativa usando o termo função social, serviço educativo, programas educativos, função pedagógica, serviço pedagógico. Isto algumas vezes pode dificultar a interpretação da leitura e melhor compreensão de como desenvolver e implantar tanto a função social quanto os serviços educativos.

Como já foi definido acima, a função educativa é o reflexo do desenvolvimento/implantação da função social. Esta pode ser desempenhada de outras formas, como no caso das exposições que têm a função de atrair a sociedade, também divulgando as instituições arquivísticas.

Os serviços educativos podem ser definidos como a prática propriamente dita. Por meio destes serviços, os estudantes podem ter um contato mais próximo com os documentos/informações de arquivos. Podendo ser desenvolvido de várias formas (no próximo capítulo há alguns exemplos), de acordo com cada instituição e comunidade a ser atingida.

### Um pouco de história

A partir do século XIX, os arquivos começaram a serem procurados como fontes históricas. Vieram os eruditos, os historiadores, os paleógrafos, os genealogistas e os antiquários. Já, na segunda metade do século XX, precisamente, após a II Guerra Mundial aproximou-se o cidadão comum, neste momento, também vieram os universitários e os estudantes de 1º e 2º grau<sup>1</sup> (CRUZ MUNDET 1994). Começa um processo contínuo na abertura dos arquivos, ampliando o interesse pelos aspectos sociais e econômicos da história, surgindo nos anos 60 a noção de direito a informação pelo cidadão.

Para Jardim (1996, p.15), o fato dos arquivos públicos terem se institucionalizados “como resultado de um processo de independência e formação do Estado Moderno”, nos países da América Latina, proporcionou aos arquivos uma classificação de repositório de uma memória nacional inventada, forjada pelo poder,

---

<sup>1</sup> Atualmente Ensino Fundamental e Ensino Médio, respectivamente.

impossibilitando a disponibilidade de informações verídicas da administração pública à sociedade. Por isso, os arquivos, ainda hoje se encontram na periferia social.

No Brasil as instituições arquivísticas públicas restringem-se à guarda e acesso aos documentos valorizados apenas pelo seu conteúdo histórico.

Com a criação dos serviços educativos nos Arquivos Nacionais da França, as Instituições Arquivísticas começaram a perceber a importância da sua função didática.

Em 1952, os serviços educativos foram estendidos para os Arquivos Departamentais franceses, por intermédio do “proyotos de action educativa<sup>2</sup>” elaborado pelo Ministério da Educação, passando os arquivos a serem vistos como agentes participativos no processo do conhecimento (GIACOMI, TAPIE, *apud*, PALOMARES VELA, 2001, p. 59).

No Reino Unido e na Irlanda os serviços educativos foram implantados também nos anos 50, mas somente nos anos 70 foram normalizados. Já na Itália, surgiram somente no final dos anos 70, sem estruturas e legislações específicas, cabendo destaque a cidade de Bolonia onde ocorreram iniciativas que propiciavam aos alunos, professores e ao público adulto a experiência com as técnicas de pesquisa histórica com os documentos (ROMANELLI, *apud*, PALOMARES VELA, 2001, p. 59).

Na Espanha tem sido desenvolvido as atividades educativas sem planificação, estando as mesmas muito atreladas ao voluntarismo dos arquivistas e docentes. Não há materiais suficientes para o seu desempenho.

Os Estados Unidos, Polônia e Rússia foram os precursores das publicações educativas utilizadas em vários países.

Em muitos lugares são desenvolvidas conferências, projeções, programas de rádio e televisão e exposições.

Em Viena e em Frankfurt os estudantes são levados a conhecer os arquivos pelos próprios arquivistas; já em Stuttgart e na Inglaterra são os professores que acompanham os alunos. Contudo, só a França, e com restrições, a Itália, conseguiram institucionalizar a assistência educativa dentro dos arquivos, sendo o seu desenvolvimento permanente de forma dinâmica e crescente.

---

<sup>2</sup> Projeto de ação educativa.

Em 1991, no Brasil, foi planejado e implementado pela diretora da Divisão de Apoio Técnico – Rita de Cássia de Mattos – e pela professora e orientadora educacional da rede municipal de ensino – Mara Barbosa Tavares – o projeto “Ensinando com Arquivo” no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), objetivando “auxiliar os professores a dar vida nova ao patrimônio histórico, de forma que o aluno possa perceber e analisar seu papel, enquanto sujeito da História, na construção da sociedade”. Foi elaborado inicialmente para atender as escolas de 1º e 2º graus da rede pública, fazendo parte de sua equipe, desde museólogos, arquivistas, pedagogos a historiadores, fotógrafos e estagiários. Para sua realização foi cedida autorização da Secretaria Municipal de Educação.

A primeira escola a desenvolver o projeto foi a Viladávila Correa, localizada próximo ao Arquivo. Em 1992, com a comemoração do centenário do bairro de Copacabana, o Arquivo buscou implantar o projeto junto às escolas da região. Atualmente o projeto se encontra em pleno desenvolvimento.

Ainda no Brasil surgiram também, em 1991, outros exemplos de implantação de projetos voltados para aproximar os arquivos das escolas – como os encontrados na Divisão de Pré-Arquivo – do Arquivo Nacional (Brasília); o Arquivo do Estado de São Paulo e o Arquivo Municipal de Rio Claro. A Fundação Casa de Rui Barbosa, também se empenhou em desenvolver atividades voltadas para o público estudantil. Implementando, em meados de 1989 o “programa Integração Arquivo x Escola”. (CURY, 1991)

## **EXPERIÊNCIAS EM SERVIÇOS EDUCATIVOS**

Na França

As atividades mais desenvolvidas nos Arquivos Franceses são:

- a. Visitas – inclui todo o trâmite do documento, antecedida da apresentação de audiovisual. Demonstra todos os procedimentos técnicos desenvolvidos no arquivo.
- b. Aulas de História – os professores e arquivistas definem o tema. Os documentos são previamente selecionados. Os alunos são levados ao arquivo para assistir à aula.

- c. Atendimento aos alunos (isolados ou em grupos) – desenvolvido pelo arquivista. Elaboração de trabalhos práticos orientados pelo professor.
- d. Divulgação de reproduções de documentos e publicações – reunião de material didático organizado no arquivo. Apresentado pelo professor em várias escolas do município. Montagem de painéis para exposições itinerantes e publicação de documentos destinados ao público escolar.
- e. Exposição de originais – relacionados diretamente aos cursos de História. O tema é informado antes aos alunos, para que possam estudar a respeito. Podem ser acompanhadas de peças de museus e livros.
- f. Atividades diversas – busca de documentos relacionados aos familiares ou amigos dos estudantes. Recolhimento de depoimento oral a respeito da história local.

#### Na Espanha

Na Espanha não existe uma metodologia linear, as proposições para o desenvolvimento de atividades pedagógicas, são apresentadas das seguintes formas:

- a) alunos compor grupos de 35 a 40 alunos;
- b) tempo estipular períodos de 1h.30min;
- c) programação basear em tema específico aprofundado, anteriormente, em sala de aula;
- d) documentos selecionar de forma a atender aos valores históricos e pedagógicos. Além de, atender ao formato visual, de leitura fácil e variedade tipológica (mapas, plantas, fotos, etc.);
- e) apresentação apresentar os documentos de duas maneiras:
  - i) exposições – abrangem grande quantidade de documentos; apenas para observação;
  - ii) manipulações – menor número de documentos; possibilita tocar nos documentos.<sup>3</sup>;

---

<sup>3</sup> Para manter a preservação dos documentos a equipe pode de antemão adequá-los em bolsas de plásticos, o que pode diminuir os danos diretos ao documento. Ou podem usar de duplicações de documentos, para o caso de documentos com grande valor histórico. Cuz Mundet (1994)



f) avaliação propor debates após a análise dos documentos. O professor define os aspectos mais relevantes.

Além dessas atividades, na Espanha existe a preocupação com os casos de deficiências na assistência interna das instituições ou quando os alunos não podem deslocarem-se até o arquivo. São três as propostas:

- a) Maleta pedagógica – conjunto de fac-símiles transcritos e/ou traduzidos, acompanhados de fotografias, diapositivos, desenhos que possam ilustrar um tema do programa pedagógico;
- b) Exposições itinerantes – são mais onerosos que as maletas;
- c) Experiência lúdicas – são jogos ou atividades direcionadas para os mais jovens.

No Brasil

Com a proposta de implantação de um serviço de assistência educativa no AGCRJ, foram definidas cinco formas que podem aproximar arquivo x escola:

- a) Divulgar o acervo dos arquivos junto às escolas;
- b) Promover visitas às instituições arquivísticas pelos alunos;
- c) Disponibilizar de um funcionário para o atendimento dos trabalhos de pesquisas dos estudantes;
- d) Promover exposições;
- e) Conscientizar os estudantes da possibilidade de sua contribuição para com o acervo documental do arquivo.

## **CONCLUSÃO**

O hiato existente entre as instituições arquivísticas e seu desempenho como serviço educativo, no Brasil, ainda é muito grande. Significativa parcela das instituições ainda não desempenham esta função em toda sua plenitude.

A compreensão sobre a função social dos arquivos ainda está se estabelecendo em esfera mundial. Quanto ao Brasil, este processo de percepção da importância do público educativo ainda está no início. Porém, alguns passos já foram dados nesta direção. Este assunto já é discutido em alguns textos, e,

conforme foi visto, já existem instituições que se preocupam em desenvolver esta atividade. Contudo, ainda existe alguma resistência de certas instituições significativas, como é o caso do Arquivo Nacional.

Havendo um empenho dos profissionais em ampliar a função educativa dos arquivos, provavelmente os responsáveis pela política administrativa destes órgãos públicos se conscientizarão e poderão disponibilizar recursos e projetos para a implantação dos serviços educativos.

O papel que um arquivista tem de desempenhar no âmbito social deve ser entendido desde a sua formação acadêmica, para que lhe seja facultado a possibilidade de sair da esfera “depósito documental” vinculando-o ao aprendizado técnico. A guarda e custódia do documento é uma função muito importante, mas deve-se associar a estas outras que possibilitam ao arquivo crescimento e reconhecimento social.

A discussão sobre a função social suscita várias questões: a imagem do arquivista e dos arquivos; a relação entre patrocinador, arquivo e sociedade; a questão educativa; a função pedagógica, etc. Estas questões não estão totalmente esclarecidas entre os gestores que determinam as políticas de arquivos e os profissionais que executam o processo em que estão atrelados as instituições arquivísticas públicas, visto que são poucos os projetos voltados para atividades que atingem o público mais amplo. Sem dúvida, existem palestras e exposições nos arquivos, porém a divulgação não atinge a grande massa, e quem acaba por assistí-las são geralmente historiadores, arquivistas e algumas poucas pessoas que se interessam. Até o público acadêmico (alunos de Arquivologia) nem sempre sabe dessas atividades, por falta de divulgação junto às instituições de ensino, e isto representa um fator preponderante para a inexistência de discussões sobre estes assuntos, contribuindo para o seu empobrecimento.

## **BIBLIOGRAFIA**

ALVIZO GARCIA, Lucila. Los archivos e la educacion. Revista del Sistema Estatal de Documentacion, México, a. 4, n. 1, p. 9-18, ene./jun. 1996.

ARQUIVO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Regimento interno. Disponível em: <<http://infoarq.cjb.net/voy.com./19210/151.html>>. Acesso em: 05 fev. 2001.

ARQUIVO NACIONAL. Histórico. Disponível em: <[http://www.arquivonacional.gov.br/con\\_an/mst\\_cp.htm](http://www.arquivonacional.gov.br/con_an/mst_cp.htm)>. Acesso em: 04 fev. 2001.

\_\_\_\_\_. Regimento interno. Disponível em: <[http://www.arquivonacional.gov.br/con\\_an/perm\\_corpo.htm](http://www.arquivonacional.gov.br/con_an/perm_corpo.htm)>. Acesso em: 04 fev. 2001.

BASTOS, Aurélio Wander. Coletânea da legislação educacional brasileira. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2000. 357p.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. Difusão editorial, cultural e educativa em arquivos. In: Arquivos permanentes: tratamento documental. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991. P. 147-163.

BLAIS, Gabrielle; ENNS, David. Intensificando o nobre sonho: programação pública nos arquivos canadenses. Acervo, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 55-68, jan./jun. 1990.

BRASIL. Lei nº 8159, de 08 de Janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, v. 29, n. 6, p. 455, jan. 1991. seção 1.

CENTRO EDUCACIONAL DE NITERÓI. Conhecendo o CEN. Disponível em: <<http://www.cen.g12.br/ocen/index.htm>>. Acesso em: 01 fev. 2002.

CORSELLINI, Diana Iura. Convegno archivi e didattica: Bologna, 30-31 ottobre 1986. Rassegna Degli Archivi di Stato, Roma, v. 47, n. 1, p. 157-162, gen./apr. 1987.

CRUZ MUNDET, José Ramón. La función cultural. In: Manual de arquivística. 2. ed. Madri: Piramide, 1994. p. 357-375.

DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. 3. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1992. 120 p.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo dicionário aurélio da língua portuguesa. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. 1838p.

FONSECA, Maria Odila. Direito à informação: acesso aos arquivos públicos municipais. 1996. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1996.

FRANZ, Eckhardt G. Os arquivos na escola. O Correio da Unesco, Rio de Janeiro, ano. 13, n. 4, p. 28-31, abr. 1985.

FRENET, Celestin. A educação pelo trabalho. Lisboa: Presença, 1976. 170p.

HAMILTON, David. Sobre as origens dos termos classe e curriculum. Revista Teoria e Educação, Porto Alegre, nº6, p.33-52, 1992.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. Ci.inf., Brasília, v. 25, nº .2, p. 209-216, maio./ago. 1996.

LUME, Lucio. Archivi e didattica asservazioni introdottive. Rassegna Degli Archivi di Stato, Roma, v. 45, n. 1-2, p. 9-17, gen./ago. 1

MATTOS, Rita de Cássia de; TAVARES, Mara Barbosa. Crianças no Arquivo: breve relato. Arquivo e História, Rio de Janeiro, n.2, p.63-70, 1996.

PALOMARES VELA, Susana. El serviço educativo. In: ALBERCH I FUGUERAS, Ramón et al. Archivos y cultura: manual de dinamización. Espanha, Trea, 2001. p. 57-84.

PIAGET, Jean. Psicologia e pedagogia. Rio de Janeiro: Forense, 1985. 180p.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Guia do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria das Culturas, 2001. 39p.

RONDINELLI, Rosely Cury. Programas públicos em instituições arquivísticas. Boletim Associação dos Arquivistas Brasileiros, Rio de Janeiro, n.1, jan.-mar. 1991.

SILVA, Edson da. Conhecimento, educação e currículo no mundo tecnocientífico ou pós-moderno. 1999. 196f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos, Pró – Reitoria de Pesquisa e Pós – Graduação. Apresentação de trabalhos monográficos de apresentação de curso. 5. ed. rev. ampl. Niterói: EdUFF, 2001. 66p.